

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto



Plano de Actividades.2016

Covilhã – 12 Dezembro 2015

Índice

Introdução	4
1. Processo Eleitoral Ordinário – Mandato 2016/2019	4
Composição da Lista e Programa de Acção.....	4
Alterações Estatutárias.....	5
Estruturação Associativa Nacional.....	5
Sede, Centro de documentação e Espaço Museu.....	5
2. Implementação das Recomendações do Congresso Nacional	6
Constituição do CNAP como observatório do Associativismo.....	6
Contactos Institucionais – divulgação das Recomendações Estratégicas.....	6
Campanha Nacional de filiação.....	6
Plataforma associativa – Central de Compras.....	7
Programa de simplificação externa – Balcão Único.....	7
Programa Nacional de Emprego Associativo (6+18) MTSS.....	7
3. Candidaturas Programas e Projectos	8
Capacitação das Organizações com representação no CNES.....	8
Direcção da Confederação – Unidade de Missão Central.....	8
Constituição dos Gabinetes descentralizados.....	8
Desenvolvimento do projecto ao nível regional e local.....	9
Programa Escolhas 6ª Geração.....	9
Programa ERASMUS.....	9
Projecto “Salvaguarda dos arquivos – Associações de Cultura, Recreio e Desporto”.....	10
4. Projectos plurianuais	10
Desporto para Todos.....	10
Jogos Tradicionais – implementação da FPJT.....	10
Jogos Tradicionais – plano internacional.....	10
EMA-Rotas do Associativismo.....	10
Estudos e Publicações – Revista Análise Associativa, Livro Congresso.....	11
5. Formação e qualificação dos Dirigentes Associativos	11
Plano de Formação de Formadores alargado às Estruturas.....	12
Formação em Gestão e Liderança para os Corpos Sociais.....	12
Plano de Formação em parceria com autarquias.....	12
Formação em contexto de trabalho.....	12
Plano de qualificação com o Ensino Superior.....	13
6. Comunicação, Informação, imagem e movimentos sociais	13
Comunicação e informação.....	13
Movimentos Sociais.....	14
Serviços administrativos e consultoria.....	14
7. Dia Nacional das Colectividades	14
8. Sustentabilidade Financeira	15
Sistema de financiamento do associativismo.....	15

Verbas consignadas no OE.....	15
9. Relações institucionais.....	15
Continuidade de representações.....	15
Novas representações.....	16
Representações associativas.....	16
10. Relações Associativas internacionais	16
Relações com a CPLP.....	16
Relações com as comunidades emigrantes.....	16
Estudo para a constituição da Federação Ibérica.....	16
Nota Final.....	17

Plano de Actividades.2016

Introdução

A apresentação de proposta por parte da Direcção e deliberação do CN do Plano de Actividades e Orçamento (PAO), é um princípio instituído nos nossos estatutos e, simultaneamente, um instrumento de gestão da maior importância. São os três PAO que, no seu conjunto, devem materializar o Programa de Acção apresentado e sufragado no acto eleitoral, procurando-se assim cumprir com os compromissos eleitorais. Trata-se de princípios democráticos essenciais à nossa vida colectiva.

Quando o PAO coincide com o fim de um mandato e o início de outro, como é o caso, surgem sempre as dúvidas da legitimidade de quem deve apresentar o PAO para o primeiro ano de mandato. Na dúvida, pensamos ser nosso dever apresentar a proposta à qual poderão ser introduzidas alterações ao longo do ano.

A presente proposta de PAO procura ter em conta quatro vectores fundamentais:

1ª Ter em conta que se trata de um PAO de transição de mandatos, pelo que tudo o que for aprovado poderá ser objecto de alteração por parte dos futuros órgãos sociais;

2ª Ter em conta os Projectos que vêm de trás, numa lógica de continuidade e sustentabilidade associativa, sem rupturas mas sempre abertos a novas propostas e novas iniciativas;

3ª Ter em conta as Recomendações do Congresso Nacional, nomeadamente aquelas que se situam no curto prazo (4 anos) tal como estão concebidas;

4ª Ter em conta a candidatura da Capacitação (2016/2017), uma vez que, a par de outros projectos, será por certo o principal eixo da nossa actividade nos dois anos mais próximos;

5ª Ter em conta que no ano 2016 se completam 40 anos da CRP o que poderá ser uma excelente oportunidade para associar esta data aos direitos e deveres constitucionais associativos.

Tal como temos vindo a afirmar em anos anteriores, a Confederação não é apenas a sua Direcção nem tão pouco os seus órgãos sociais. É todo o associativismo confederado pelo que, as filiadas, as colectividades Elo, as associações concelhias e as federações distritais, terão que trabalhar mais em rede, terão de partilhar mais as potencialidades e dificuldades e assim demonstrar à sociedade todo o nosso potencial e agir como elementos de transformação social.

1. Processo Eleitoral Ordinário – Mandato 2016/2019

1.1. Composição da lista e Programa de Acção

Em 2016 irão realizar-se as eleições para os Órgãos Sociais (OS) da nossa Confederação com vista ao mandato 2016/2019.

O processo que se iniciou em 12 de Novembro com o envio da Convocatória do CN de 12 de Dezembro, marca a contagem decrescente onde se começou por auscultar todos os membros dos OS e as estruturas descentralizadas quer quanto ao mandato que ora termina, quer quanto a propostas para o Programa de Acção e à composição da Lista.

Como vem sendo hábito e está estatutariamente previsto, compete à Direcção apresentar uma proposta de Lista e de Programa de Acção, o que não impede que outros o possam fazer.

Apontam-se como objectivos para o próximo mandato: renovação e rejuvenescimento em todos os órgãos com uma maior participação de mulheres e jovens; reforçar a representação geográfica em todos os órgãos; considerar como prioritário para o funcionamento da Direcção a localização/residência dos dirigentes que a compõe.

Tanto quanto possível, ter em conta a composição da Direcção, as responsabilidades estatutárias na eleição da Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais e a composição/contratação da Equipa Técnica para a Capacitação da Confederação.2020 de forma a que estas se complementem e não sejam incompatíveis do ponto de vista formal.

1.2. Alterações estatutárias

O quadro normativo interno da CPCCRD (estatutos, regulamento geral interno) tem já vários anos de existência e aplicação. A realidade e a dinâmica do trabalho entretanto desenvolvido levaram à introdução de várias alterações de funcionamento e organização que importa agora equacionar e decidir se devem, ou não, ser incluídas nos referidos normativos. Para além disso, a legislação aplicável ao associativismo sofreu também várias alterações. Importa perceber se as mesmas exigem ou não alterações ao referido quadro normativo interno.

Face ao exposto, deverá manter-se o processo de reflexão em torno desta matéria, admitindo-se a possibilidade de realizar um Congresso Extraordinário, no mesmo local e dia do Congresso Eleitoral (9 abril 2016).

1.3. Estruturação Associativa Nacional

Continuaremos a dar toda a atenção à estruturação de forma a reforçar a relação de proximidade com as filiadas através dos mecanismos estatutários e regimentais: Delegados à Confederação e Colectividades Elo enquanto meios de ligação bilateral – Filiada/Confederação e através das Estruturas Descentralizadas, procurando uma maior regularidade na troca de experiências e informações do seu funcionamento e desempenho junto das filiadas, dentro dos princípios da autonomia, cooperação, co-responsabilidade e solidariedade associativa.

1.4. Sede, Centro de documentação e Espaço Museu

Estando prevista a saída das actuais instalações e mudança para novas instalações na mesma área, daremos toda a relevância a esta questão de forma a potenciar esta alteração como uma oportunidade para criar melhores condições de trabalho aos profissionais e aos Dirigentes Voluntários, bem como disponibilizar o Centro de documentação e o Espaço Museu de forma a poder ser usufruído pelo maior número de pessoas.

2. Implementação das Recomendações do Congresso Nacional

2.1. Constituição do CNAP como observatório do associativismo

De acordo com um antigo objectivo, prática nos últimos anos e com a recomendação do Congresso Nacional, vamos convidar as entidades representantes das restantes famílias associativas de forma a comporem o CNAP em modelo informal e experimental.

Entre outros aspectos que deverão ser definidos pelo próprio CNAP, aponta-se para se constituírem como o Observatório do MAP no seguimento das Recomendações Estratégicas saídas do Congresso Nacional; instrumento de cooperação e coordenação nacional associativa; grupo de análise e pressão junto dos poderes instituídos em sede de OE.

2.2. Contactos institucionais – divulgação das Recomendações Estratégicas

No seguimento das recomendações do Congresso Nacional, desenvolveremos contactos com todos os poderes instituídos desde logo as várias Representações Associativas; todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Governo, ANAFRE e ANMP representantes das autarquias locais; Empresas e a Universidades.

Os objectivos destes contactos serão dar a conhecer o MAP e o conjunto das recomendações, a sensibilização para os nossos problemas e para as propostas que temos para a o futuro do associativismo, abrindo possibilidades de cooperação e parceria.

2.3. Campanha nacional de filiação

Sob o lema: “Associar em nome do reforço do Movimento Associativo Popular” e no seguimento da recomendação aprovada no Manifesto Associativo 2015, aprovado no Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes, vamos dar corpo à filiação de novas associadas com o empenho e determinação da nossa estrutura descentralizada – Associações e Federações.

Para levar a cabo esta campanha nacional, deverão ser definidas metas por cada Concelho, e Distrito, como princípio de garantia possível para o atingir desses objectivos e o necessário reforço do MAP.

Evidenciando sempre a razão, a importância e a necessidade da filiação, servindo-nos como experiência do nosso trabalho associativo, mas também na medida de que quanto mais associadas tivermos mais força teremos para, em conjunto, nos ser possível reforçar a nossa capacidade reivindicativa e de afirmação nacional como movimento associativo popular.

Para que não seja considerada, “mais uma campanha”, será fundamental desenvolver um trabalho de acompanhamento do cumprimento de metas previamente estabelecidas e comunicadas à Confederação, que assumirá em pleno este processo de filiação associativa.

2.4. Plataforma associativa – Central de compras

Tendo presente uma das conclusões do Congresso Nacional das Colectividades, deve-se promover a criação de uma plataforma para aquisição de bens e serviços (central de compras), potenciando a economia de escala e cooperação efectiva com a economia social.

A centralização das compras deve assumir-se claramente como uma tendência para a estratégia das organizações que pretendem reduzir custos. Deve-se fazer um estudo das vantagens, desvantagens e implicações desta centralização e o seu impacto.

Devemos ter por base o princípio da realimentação do sector da economia social e as relações já existentes e contratualizadas pela Confederação e restantes entidades do CNAP.

Desta forma é necessário que a sua implementação seja feita por fases, daí a necessidade de se criar um grupo de trabalho para o efeito.

2.5. Programa de simplificação externa – Balcão Único

Na sequência da aprovação das recomendações estratégicas no Congresso Nacional de Coletividades, Associações e Clubes de 2015, importa iniciar a reflexão em torno do denominado programa de simplificação externa, com vista à definição de uma proposta de atuação, devidamente fundamentada.

Esta matéria é da maior importância para o movimento associativo, face à proliferação de exigências e licenças legais, entidades competentes para as emitir e complexidade dos processos.

Para o efeito, em 2016, será criado um grupo de trabalho com a incumbência de identificar os procedimentos em causa e apresentar um modelo de simplificação, para ser discutido e aprofundado em articulação com um conjunto de outras entidades – como é o caso, por exemplo, da ANAFRE.

2.6. Programa Nacional de Emprego Associativo (6+18) MTSS

Tendo sido um dos eixos do debate associativo nos últimos meses em torno do nosso Congresso Nacional, iremos insistir junto do Ministério do Trabalho e Emprego para, pela via dos Centros de Emprego, agilizar um Programa de Empregabilidade Associativa (6+18) que se traduz na regularização de todos os trabalhadores que prestem serviços ao associativismo; selecção de desempregados que deverão integrar os quadros profissionais em regime experimental de 6 meses com 35 horas de formação obrigatória; recondução desses profissionais por 18 meses com mais 35 horas de formação, dando toda a dignidade a estes profissionais quer no plano da contratação, quer no plano do salário.

Os objectivos deste programa são a regularização de situações existentes, alargamento do número de postos de trabalho efectivos com dignidade e salários justos, apoiar os Dirigentes Associativos Voluntários e Benévolos, criar a prazo (2 anos) a sustentabilidade para os postos de trabalho e para a própria instituição.

3. Candidaturas Programas e Projectos

3.1. Capacitação das Organizações com representação no CNES

A aposta na Capacitação Institucional da Confederação, no âmbito do Portugal 2020, configura um desafio proposto pelo PO ISE e uma oportunidade que a CPCCRD aproveitou.

O Projecto a desenvolver pela CPCCRD, membro do Conselho Nacional de Economia Social, com o apoio do PO ISE, da Portugal 2020, com o objectivo de capacitação da Organização a nível humano, tecnológico, organizativo e participativo contribui para o incremento da sua visibilidade e da sua sustentabilidade, nas várias vertentes. Integra um conjunto de actividades, interrelacionadas, suportadas nos respectivos recursos.

Em termos globais o projecto tem uma responsável financeira, que é Contabilista Certificada, Coordenadora Geral do Projecto, licenciada em Sociologia e mestrada em economia e política social, Vice-presidente da CPCCRD. A avaliação será contratualizada com uma entidade externa, da área académica. Contudo requer o envolvimento de toda a estrutura associativas, com níveis de responsabilidade diferenciada, mas com objectivos comuns.

3.1.1. Direcção da Confederação - Unidade de Missão Central

Se bem que, como qualquer candidatura, existe uma estrutura de acompanhamento devidamente organizada a natureza dessa candidatura é específica e mais exigente. Os resultados, a avaliar no final da execução, dependem tanto do envolvimento dos dirigentes a capacitar, como do grau de satisfação manifestado.

O trabalho começa nos corpos sociais que, conjuntamente o desenvolverão e acompanharão. A responsabilidade da dinamização do projecto, num primeiro e principal nível, radica na Direcção da CPCCRD.

3.1.2. Constituição dos Gabinetes descentralizados

Serão criados 5 gabinetes de apoio à economia social com polos de atendimento, de Norte a Sul do País. Um dos gabinetes ficará na sede da CPCCRD, em Lisboa, com funções de coordenação e regulação.

Cada Gabinete estará equipado com meios técnicos e humanos:

- Um colaborador, com contrato de trabalho a termo certo, em part-time, excepto no gabinete central que será um contrato a termo certo, a tempo inteiro.
- Três dirigentes associativos, no mínimo, em cada gabinete, em regime de voluntariado, que vão coordenar e apoiar os trabalhos desse gabinete.
- Um espaço físico, que poderá ser arrendado, equipado com as condições para funcionar e apoiar a equipa associativa e administrativa residente.

Haverá ainda uma equipa de pessoal técnico, a nível nacional, que dará apoio a todos os gabinetes. A contratação será em regime de prestação de serviços e de consultores com o

seguinte perfil: jurista, economista/gestor, Contabilista Certificado e técnico de ciências sociais com competências na área de imagem e comunicação.

O gabinete central terá um digitalizador com vista a disponibilizar, on-line, o acervo documental da Confederação, na Mediateca. A cada Gabinete é atribuído um orçamento para despesas de funcionamento e aquisição de consumíveis.

3.1.3. Desenvolvimento do projecto ao nível regional e local

O projecto tem como finalidade a Capacitação. Como objectivo central contribuir para a capacitação da estrutura de dirigentes e executiva da CPCCRD através da participação dos/as elementos dessa estrutura nas várias fases do processo da própria capacitação, incluindo:

- Identificação das suas próprias necessidades de melhoria organizacional, a nível da aquisição/desenvolvimento de competências e de projectos de melhoria desta estrutura,
- Definição dos objectivos pedagógicos de cada plano anual de formação, que visam a aquisição/desenvolvimento de competências de dirigentes e colaboradores/as tendo em conta as suas áreas funcionais,
- Definição dos objectivos pedagógicos das intervenções anuais de formação-acção especializadas e à medida, que visam a concepção/implementação de ferramentas e soluções específicas de administração e gestão, em áreas organizacionais que necessitam de maior eficácia, eficiência ou inovação,
- Monitorização e revisão dos resultados obtidos com o plano anual de formação e com as intervenções anuais de formação-acção especializadas e à medida,
- Elaboração de recomendações para a melhoria organizacional contínua, a nível da aquisição/desenvolvimento de competências e de projectos de melhoria desta estrutura.

Esta é uma oportunidade a que a CPCCRD, com o envolvimento da sua estrutura, responderá de forma empenhada e convicta do seu mérito.

3.2. Programa Escolhas 6ª Geração

Pela primeira vez a CPCCRD apresentou candidaturas ao programa Escolhas 6ª geração, vocacionado para públicos desfavorecidos entre os 6 e os 30 anos, visando a inclusão, com incidência em diferentes áreas. Esta candidatura, a ser aprovado permite o estabelecimento de consórcios com colectividades associadas e outros parceiros, recorrendo a áreas específicas, como a desportiva (jogos tradicionais), para a educação e assim incrementar a sua missão de inclusão social.

3.3. Programa ERASMUS

As candidaturas ao programa ERASMUS, em alguns dos seus domínios, podem configurar novas parcerias, transnacionais e nacionais, e deste modo alargar a visibilidade da CPCCRD bem como responder a necessidades existentes e emergentes, nas áreas sociais e desportivas.

3.4. Projecto “Salvaguarda dos arquivos – Associações de Cultura, Recreio e Desporto”

No seguimento da experiência do Projecto EMA e da avaliação piloto realizada ao Centro de Documentação da Confederação pela Direcção Geral do Livro, Arquivo e Bibliotecas/Torre do Tombo (DGLAB/TT), foi-nos proposto por esta instituição a realização de um projecto em duas fases – diagnóstico e estratégia com vista à identificação e resolução da salvaguarda dos arquivos das filiadas da Confederação.

O projecto será desenvolvido ao longo do ano 2016, através de inquéritos apoiados por vários meios a filiadas com fundação anterior a Abril de 1974. Abrangerá 10% a nível nacional e o total das filiadas do Distrito de Faro.

Serão solicitados apoios às filiadas e estas deverão indicar um “Delegado” que será o porta-voz e o responsável pelo estudo a quem será dada formação específica e atribuído um Certificado final.

O objectivo deste estudo é de poder a curto prazo, apresentar uma proposta de recuperação e tratamento dos arquivos associativos às entidades competentes.

4. Projectos plurianuais

4.1. Desporto para Todos

Apresentámos ao IPDJ um conjunto de candidaturas no âmbito da filosofia do Desporto para TODOS, das quais se destacam os Jogos Tradicionais nas suas várias vertentes e o AGITA - Secções de Marcha para a Saúde.

Considerando o apoio dado pela Confederação à Candidatura de Setúbal à Capital Europeia do Desporto.2016, daremos todo o apoio institucional aquele projecto, caso venha a ser considerado pela EU.

4.2. Jogos Tradicionais – implementação da FPJT

No seguimento do programa Desporto para Todos, a CPCCRD vai continuar com o projecto de divulgação dos jogos tradicionais, com dois dos programas já existentes, divulgação dos Jogos Tradicionais a nível nacional, e a Escola Itinerante dos Jogos Tradicionais que tem como objectivo a realização do maior número de acções em escolas do 1º e 2º ciclo, assim como pré-escolar e jardins de Infância.

Para o ano de 2016 apresentámos candidaturas ao IPDJ dentro do programa Desporto para Todos. Os dois novos projectos são um programa nacional de divulgação para Instituições e pessoas com necessidades especiais, assim como a realização de 20 exposições sobre os jogos tradicionais a realizar em todos os distritos do continente, assim com nas duas regiões autónomas (Madeira e Açores) tendo por base a exposição nacional apresentada no Museu Nacional de Desporto.

Daremos seguimento ao processo de instalação e eleição da Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais enquanto entidade promotora da mesma para que esta crie as condições necessárias a ser a legítima representante desta actividade no futuro próximo.

4.3. Jogos Tradicionais - plano internacional

No Plano Internacional a CPCCRD vai realizar em conjunto com a TAFISA a 2ª fase do projecto Recall a realizar entre 2016 e 2020. Neste sentido, iremos realizar 2 Cursos de Monitores Internacionais de Desporto para Todos e Jogos tradicionais em parceria com a TAFISA (Este projecto faz parte das candidaturas apresentadas ao IPDJ para o ano de 2016). Ainda no âmbito internacional estamos a estreitar a nossa intervenção com a TSGA (Associação Internacional de Jogos Tradicionais) assim como com a ETSGA (Associação Europeia de Jogos tradicionais).

4.4. EMA – Rotas do Associativismo

Daremos continuidade ao Projecto EMA – Espaços Museu Associativo e iniciaremos a fase de ligação com o Projecto Rotas do Associativismo.

O modelo deste projecto tem vindo a ser adaptado de acordo com as respostas das nossas filiadas que entraram na primeira fase, mas também pela demonstração de disponibilidades dos nossos parceiros, nomeadamente a Fundação Montepio.

Neste sentido, no primeiro semestre faremos a verificação dos impactos registados com a primeira fase (Formação) através de questionários e visitas presenciais, onde ficará expressa a utilização do Manual de Boas Práticas.

No segundo semestre, será estabelecida a classificação das associações que atingiram o mérito e passarão à fase de “Rotas do Associativismo” de acordo com os apoios financeiros entretanto estabelecidos e disponibilizados.

4.5. Estudos e publicações – Revista Análise Associativa; Livro do Congresso

Em 2016, continuaremos a trabalhar na promoção da investigação e conhecimento associados à problemática do associativismo popular. A par disso, a CPCCRD associar-se-á à divulgação de estudos e trabalhos de interesse para o movimento associativo popular.

Nesse âmbito, merecem destaque a publicação do Livro do Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes, de modo a dar perenidade à reflexão produzida; e a continuidade da publicação da Revista Análise Associativa, revista da CPCCRD, que continuará a sair com a periodicidade anual.

5. Formação e qualificação dos Dirigentes Associativos

A qualificação dos/as Dirigentes Associativos continuará a absorver particular enfoque na actividade da CPCCRD, seja pela determinação de melhoria do conhecimento, seja pelas exigências que, nos vários domínios da gestão organizacional, a realidade impõe.

A Confederação tem reforçado a Bolsa de Formadores com pouca eficácia. Estrategicamente, devemos continuar essa prática, o que permitirá, de forma eficiente, realizar mais acções de formação descentralizando para as Associações Concelhias e Federações Distritais

Vamos procurar, no âmbito do Protocolo com o Montepio para a área da Gestão Económica e Financeira nas Organizações da Economia Social, responder a necessidades decorrentes do actual contexto de dificuldades acrescidas nas colectividades em termos de sustentabilidade, financeira e orgânica.

5.1. Plano de Formação de Formadores alargado às Estruturas

Com as parcerias existentes, INOVINTER, FENACERCI e Qualimais/Gliese, tentaremos estimular a apetência para esta formação que, por lado, qualifica e aprofunda o capital de conhecimento dos Dirigentes, e, por outro, permitirá alargar a oferta formativa com condições de ser desenvolvida pelos “Gabinetes de Apoio ao Associativismo” e pelas estruturas descentralizadas.

5.2. Formação em Gestão e Liderança para os Corpos Sociais

A Gestão e a Liderança são áreas em que pouco se tem investido e que podem carrear potencial de desenvolvimento e sustentabilidade nas nossas colectividades. Para dinamizar o interesse por estas áreas do conhecimento, fundamentais em organizações com as interacções que a CPCCRD materializa, no âmbito dos acordos existentes, procuraremos criar rotinas formativas de capacitação a dirigentes sensíveis a esta aprendizagem.

5.3. Plano de Formação em parceria com autarquias

A reduzida resposta das colectividades às ofertas formativas desenvolvidas pela CPCCRD em parceria com os municípios é um aspecto a melhorar. É preciso envolver as nossas confederadas e as estruturas, para, junto dos seus municípios/freguesias, demonstrarem a necessidade de fazer formação local e sensibilizar os DAV para a importância da mesma no desenvolvimento de um trabalho associativo de qualidade, e rigor. Melhorar a nossa acção, neste domínio é um investimento prioritário a incrementar com uma prática mais dirigida e partilhada. No exercício que termina foi possível reforçar o número de protocolos e assim capacitando e envolver mais dirigentes, e responder a novas necessidades e alargar a bolsa de formadores interna.

5.4. Formação em contexto de Trabalho

Os Estágios, curriculares e profissionais, são dinâmicos e de grande interesse na problemática da qualificação. Se por um lado é possível melhorar, tecnicamente, certos procedimentos desenvolvidos pelos dirigentes ou trabalhadores correlacionados, por outro faculta a disseminação do espírito associativo e da missão da CPCCRD. Nesta área daremos continuidade ao desenvolvimento de estágios curriculares estando previsto o acolhimento de quatro estagiários/as provenientes da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, no âmbito do protocolo celebrado, na vertente de Comunicação, Marketing, Publicidade e Relações Públicas. O modelo terá duas componentes: a) Um estágio de observação/ adaptação no 11º ano, 160

horas) estágio a decorrer no 12º ano, 420 horas (último ano). Durante o estágio do último ano os/as alunos/as irão desenvolver o projecto final de curso.

Continuaremos as ligações com a Citeforma, a Gustavo Eiffel e/ou outros estabelecimentos que nos contactem.

5.5. Plano de Qualificação com o Ensino Superior

Em 2016, continuaremos a investir na celebração de protocolos com instituições de ensino superior, de modo a assegurar o acesso dos dirigentes associativos a cursos superiores a custos mais reduzidos. Em simultâneo, proceder-se-á à revisão e renegociação de alguns dos protocolos atualmente existentes, integrando nesse processo a avaliação entretanto realizada quanto à sua implementação.

Para além do exposto, será feito um esforço adicional na divulgação dos protocolos actualmente existentes e na ligação aos dirigentes que estejam a frequentar cursos do ensino superior.

6. Comunicação, Informação, imagem e movimentos sociais

6.1. Comunicação e Informação

Através da Folha Informativa mensal e de notas associativas específicas, prosseguiremos o processo de comunicação e informação constante às filiadas, Estruturas Descentralizadas e Órgãos Sociais, com a convicção de que um Dirigente informado está melhor preparado.

Prosseguiremos a luta pela atribuição de tempo de antena à Confederação junto das entidades responsáveis por essa decisão.

A legislação existente e outra que venha a surgir, será alvo de um resumo temático de breve leitura, para informação e alerta dos Dirigentes Associativos sobre as obrigações e direitos plasmados nos diversos diplomas que abrangem o Movimento Associativo.

Seremos mais selectivos na reprodução de informação requerida por entidades exteriores ao MAP e no seccionamento das notícias de iniciativas enviadas pelas nossas filiadas para divulgação na nossa rede de informação.

Em conformidade com a recomendação aprovada no Congresso Nacional, desenvolveremos os esforços necessários visando uma maior presença e visibilidade nos meios de comunicação social, tal como a criação de um canal televisivo dedicado ao associativismo.

Procuraremos de forma regular e sistematizada, gerir os vários instrumentos de comunicação e informação digital: página na net; Blog; Twitter; Facebook, etc.

6.2. Movimentos Sociais

Utilizando as faculdades concedidas pelos nossos Estatutos, continuaremos a integrar e a interagir com outros Movimentos Sociais formais e informais, que reconhecidamente promovam a defesa dos interesses das populações, nas áreas dos serviços públicos, combate a pobreza e à discriminação racial, defesa da Paz, da Constituição e dos valores de Abril, entre outros.

6.3. Serviços administrativos e consultoria

Procuraremos reforçar a formação profissional das nossas trabalhadoras, na perspectiva de aumentar a sua capacitação para as actuais tarefas e para as novas exigências que os novos projectos e a materialização do Manifesto Associativo aprovado em Congresso vão requerer.

Em colaboração com uma empresa externa, vamos dar cumprimento à legislação respeitante às condições de higiene e segurança no trabalho, tendo sido já assinado um protocolo para colaboração mútua nesse sentido.

Continuaremos a prestar o apoio requerido pelas nossas filiadas na formação de dossier para candidaturas ao Estatuto de Utilidade Pública, emitindo em simultâneo o parecer da Confederação habitualmente requerido pelo Governo.

Vamos prosseguir com o auxílio às filiadas emitindo pareceres jurídicos, contabilísticos e fiscais sobre processos que enfrentem relacionados com autoridade tributária, direitos de autor ou outros e satisfazer os esclarecimentos que diariamente chegam à Confederação. Neste sentido, iremos implementar o serviço de Consultoria Preventiva para o qual contamos com as nossas estruturas descentralizadas.

No âmbito dos protocolos subscritos com a Associação dos Inquilinos Lisbonenses e Associação dos Inquilinos do Norte de Portugal, continuaremos a prestar o apoio que nos for solicitado pelas filiadas relacionado com o arrendamento de instalações e com o IMI, prevendo-se a intensificação dos processos.

Procuraremos reactivar o Protocolo com a Sociedade Portuguesa de Autores (SPA), procurando ir ao encontro dos direitos das nossas filiadas e dos autores, mantendo a nossa posição de princípio quanto a licenças que julgamos não deverem ser obrigatórias.

7. Dia Nacional das Colectividades

Considerando que no ano de 2016 se comemoram os 40 anos da Constituição da República e dada a sua importância para o regime democrático em que vivemos e a sua especial importância para o associativismo e tudo o que lhe está ligado, dedicaremos as Comemorações do Aniversário da Confederação e do Dia Nacional das Colectividades à CRP.

As comemorações terão início no princípio do ano e terminarão a 31 de Maio sob o lema *“Pensar, Expressar, Reunir e Associar - direitos inalienáveis da cidadania!”* que no fundo são os princípios que estão subjacentes a todo o movimento associativo desde a sua génese até à actualidade.

Teremos como objectivos levar este assunto a vários pontos do país em cooperação com as estruturas descentralizadas, filiadas e entidades parceiras. Será constituído um Grupo de Trabalho específico para dinamizar esta actividade.

8. Sustentabilidade Financeira

8.1. Sistema de financiamento do associativismo

O sistema de financiamento do associativismo assenta essencialmente nas receitas próprias geradas por este. Estas receitas que provêm das famílias (quotas, actividades estatutárias, bares), têm vindo a baixar por razões externas ao associativismo, enquanto as despesas, em igual período, têm vindo a aumentar, gerando desequilíbrios financeiros que importa reter e inverter. As fontes de financiamento excepcionais, tais como os donativos e subsídios têm igualmente vindo a reduzir.

Através do processo de capacitação da Confederação e dos seus principais dirigentes, iremos desenvolver um programa de identificação e apresentação de candidaturas às mais variadas entidades e instituições tais como fundações, empresas e entidades públicas. Para tal, importa que as nossas filiadas estejam preparadas ao nível da gestão, da economia social e da fiscalidade o que será igualmente objecto da nossa preocupação e apoio.

8.2. Verbas consignadas no OE

Como bem foi referenciado no Congresso Nacional, o associativismo é um contribuinte líquido do Orçamento de Estado (OE). Tal significa que, em média e a nível geral nacional, o associativismo gera mais receitas directas e indirectas do que aquilo que recebe por via de contractos programa ou outros tipos de apoio. Esta realidade tem-se vindo a acentuar com a redução de verbas por via das autarquias pelo que se impõem um novo modelo de financiamento do associativismo.

Não podemos deixar que o Estado (Governo) se alheie das suas responsabilidades constitucionais pelo que deverá existir uma verba inscrita no OE sendo a mesma canalizada pela via das estruturas nacionais – Federações e Confederações, de acordo com programas plurianuais. Para além desta fonte de financiamento, entendemos que poderemos ser ainda apoiados pela via dos Jogos Sociais da Santa Casa e por via das Fundações e Empresas.

9. Relações institucionais

9.1. Continuidade de representações

Continuaremos a representar o nosso associativismo junto dos órgãos como o Conselho Nacional do Desporto (CND) e Conselho Nacional da Economia Social (CNES).

9.2. Novas representações

Procuraremos ter assento no Conselho Económico e Social de forma a fazermos valer o Estatuto de Parceiro Social, termos representação no Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) e iremos propor um Grupo de Trabalho junto da Secretaria de Estado da Cultura, onde procuraremos ter conjuntamente connosco uma representação alargada do CNAP. Daremos a maior atenção às representações junto das filiadas.

9.3. Representações associativas

Manteremos a disponibilidade para estarmos representados no Comité Olímpico de Portugal; Confederação do Desporto de Portugal; Confederação Portuguesa do Voluntariado, bem como em outras representações a que normalmente e regularmente somos chamados.

10. Relações associativas internacionais

10.1. Relações com a CPLP

As relações com a CPLP cada vez se tornam mais pertinentes daí estarem a ser desenvolvidos contactos para futura integração da CPCCRD na secção cultural da CPLP. Esta estrutura é bastante exigente uma vez que alberga interesses diferenciados, frentes e objectivos muito diversificados. Não sendo um trabalho de fácil execução, será sem dúvida um importante passo para a CPCCRD.

10.2. Relações com as comunidades emigrantes

Na Diáspora temos que articular o registo Associativo com a Secretaria de Estado das Comunidades pois o ficheiro está bastante desatualizado. Temos estado em contacto com algumas associações mas também elas se sentem desamparadas na sua legalização que os impede de submeter candidatura de apoio associativo. É um processo bastante sensível tendo em conta a natureza da sua criação e o voluntariado que a cerca e, por vezes, o importante é manter as instalações independentemente do seu uso, daí estarem por vezes, entregues a uma pessoa.

10.3. Estudo para a constituição da Federação Ibérica

A preparação do Congresso Nacional veio confirmar a necessidade de uma maior internacionalização da nossa Confederação. Sendo um processo que tem dado passos nos últimos tempos, importa que continue mas desta vez com objectivos mais precisos como é o caso da Federação Ibérica da Cultura Popular, com esta ou outra designação.

Os contactos já estabelecidos com a nossa congénere espanhola - Federação Espanhola das Artes e Folclore (FEAF), abrem boas perspectivas para o trabalho futuro, quanto a uma possível plataforma associativa ibérica.

Neste sentido, propomo-nos dar os passos necessários para encontrar a nível interno e na vizinha Espanha, as entidades adequadas a este objectivo. Propomos dinamizar a nível interno contactos necessários no âmbito do CNAP e a nível ibérico com duas ou mais instituições que tenham os mesmos objectivos e afinidades. Propomos estudar todas as hipóteses que possam convergir para uma entidade ibérica que reforce as identidades locais e regionais mas também promova a interculturalidade, a troca de experiências, a justiça e a Paz.

Nota Final:

Tal como é afirmado na introdução, este Plano de Actividades é determinado pela mudança de mandato o que condiciona o desenvolvimento de alguns aspectos mas não pode impedir a Confederação de continuar a desempenhar o seu papel insubstituível na sociedade portuguesa.

Por outro lado, mais do que nunca, após um Congresso Nacional que veio demonstrar o papel da nossa Confederação, ficou também clara a responsabilidade que temos no processo de diagnóstico e apresentação de soluções para o MAP.

Por tudo isto, este Plano de Actividades, terá que ser assumido por toda a estrutura confederativa, sem complexos nem reservas, de forma co-responsável, cooperante e solidária.

A Direcção